

Villa Romana do Monte da Chaminé, Ferreira do Alentejo.

Balanço de três décadas de intervenção

Clementino Amaro, Sara Ramos e Eurico de Sepúlveda

Breve apresentação da villa

A villa romana do Monte da Chaminé situa-se a cerca de 3km a sul de Ferreira do Alentejo numa suave encosta da margem esquerda da Ribeira de Canhestros. A cota de referência, no corredor do peristilo, é de 118.50m. O atual Monte da Chaminé (na margem direita da ribeira) e respetiva herdade são propriedade da Santa Casa da Misericórdia local, estando desde final de 2012 arrendada, por 30 anos, a uma empresa para exploração agrícola de regadio.

No terreno adjacente à área em intervenção, encontra-se uma densa concentração de vestígios arqueológicos à superfície, com realce a sul e a oeste, para onde se desenvolvem alguns espaços residenciais e equipamentos vários, como, presume-se, o conjunto termal.

Quer na área em intervenção como na envolvente (na sequência da gradagem anual do terreno) tem-se procedido à recolha de espólio específico, atendendo, em particular, à sua natureza, proveniência, representatividade e cobertura cronológica, como mais à frente se dá testemunho. (Figura 1)

A herdade integra-se nos designados “barros de Beja” com capacidade de uso agrícola do tipo A/B, sendo a área envolvente ao sítio arqueológico agricultada com regularidade, alternando, nos últimos anos, o trigo com o girassol. Esta área envolvente estava igualmente pontuada por oliveiras dispersas, que, com as novas culturas a explorar na herdade pelo novo arrendatário (milho), foram retiradas durante o mês de março de 2013.

Nos últimos anos, após a ceifa, o rebanho de ovelhas tem sido a nossa companhia habitual durante o período de trabalhos arqueológicos. Daí a justificada presença já de cinco chocalhos de ovicaprinos, para além de um de gado bovino, testemunhando a

continuidade de aptidão para a atividade agropecuária desde, pelo menos, o período romano.

Estamos, assim, perante uma reminiscência do que seria uma prática nesta *villa*, ou seja, a sementeira de trigo em espaço de olival ralo e aproveitamento do pousio como pasto de ovicaprinos, como seria comum nas *villae* desta região (Alarcão, 1988).

O Barranco da Figueirinha, localizado imediatamente a poente do sítio arqueológico, possui uma pequena linha de água de regime permanente, graças a duas nascentes ativas ao longo do ano. Esta permanência do regime de água acontece no último troço do barranco, ou seja, a cerca de 300 metros da junção daquele com a Ribeira de Canhestros. Para além destes recursos hídricos, a herdade possui alguns poços dispersos pela mesma. A nascente que fica mais a montante do barranco tem uma implantação no terreno que leva a propor que a captação de água que abastecia a *villa* era feita a partir dela. Por sua vez, a nascente mais a jusante (e naturalmente o excedente da primeira) iria alimentar a barragem, identificada no decurso da campanha de 2008.

A *villa* localiza-se perto do limite oeste do território da *civitas* de *Pax Iulia*, limite que passaria algures entre Ferreira do Alentejo e Santa Margarida do Sado ou seria mesmo o próprio rio Sado (Lopes, 2003). Aquela teria acesso, a partir de um caminho secundário, às vias que ligavam a capital conventual ao couto mineiro de *Vipasca* e a *Salacia*. Tanto a atividade comercial, com base na sua produção, como a importação de bens de diversa origem, ter-se-á articulado, a nível local, com a capital conventual *Pax Iulia*, enquanto a longa distância, os proprietários teriam acesso aos produtos chegados aos portos comerciais de *Myrtilis* e de *Salacia* através das vias que, a partir de *Pax Iulia*, davam acesso àquelas duas cidades portuárias (Mantas, 2004).

No Alto Império é plausível um contacto mais intenso com *Salacia*, através do pequeno desembarcadouro fluvial de Porto de Rei, na Ribeira do Torrão (Blot, 1998). A partir deste porto fluvial, presumivelmente, são, do mesmo modo, escoados parte dos preparados de peixe produzidos no vale do Sado, atendendo aos exemplares anfóricos exumados no local, e que abastecem o *ager Pacensis*, com destaque para a existência da ânfora Dressel 14. A antiguidade tardia faz-se igualmente representar com a presença da ânfora Almagro 51c.

Recorde-se que a primeira fase de trabalhos arqueológicos decorreu entre 1981 e 1988 tendo posto em evidência, no essencial, a ala nordeste da *pars urbana* e uma área de armazém e compartimento anexo da *pars fructuaria*.¹

A contínua escavação deste sítio arqueológico, nesta fase, enquadrou-se num contexto mais alargado à altura, que foi iniciar-se o levantamento arqueológico do Concelho, para a elaboração de uma futura carta, contando desde o primeiro momento com o apoio da autarquia.

Atendendo à implantação no terreno, dispersão, área, quantidade e origem do espólio, deu-se destaque para os diversos locais identificados como *villae*. Foi neste contexto inicial que foi reconhecido e sujeito à primeira intervenção o importante povoado do Porto Torrão (Amaro, 1982).

Desde o primeiro momento que as campanhas arqueológicas contam com a participação de voluntários, alunos do ensino secundário e universitário e jovens integrados no programa na altura designado OTL.

O final da década de 1980 caracteriza-se por uma reestruturação económica das autarquias, o que, no caso presente, inviabiliza o avanço do primeiro projeto de constituição do Museu Municipal. Sem as condições necessárias, nomeadamente para a guardaria, tratamento e inventariação do espólio, como para se desenvolver ações de conservação e de manutenção das estruturas, optou-se por suspender temporariamente as campanhas arqueológicas no Monte da Chaminé.

Por fim, e mediando as duas fases de intervenções arqueológicas, é lançado o anteprojecto para a criação do Museu Municipal de Ferreira do Alentejo, em finais da década de noventa. Com a inauguração do Museu Municipal em 22 de outubro de 2004 fica a *villa* incluída, organicamente, como um dos núcleos a integrar aquela estrutura museológica, programa em devido tempo sancionado pelo então Instituto Português de Museus (IPM).

Realizam-se, no entanto, duas campanhas de trabalhos de conservação em 1999 e 2005, e que incluem desmatação e limpeza geral do sítio arqueológico, sendo alargado o

¹ Os trabalhos arqueológicos da primeira fase tiveram a direção de Manuel Barreto, Clementino Amaro e ainda de Anabela Ribeiro e Maria Luciana Tomé.

perímetro da vedação para a realização de futuras campanhas.²

Ficam, desta forma, criadas as condições técnicas, logísticas e de meios humanos para o lançamento dos projetos plurianuais (2007-2010 e 2011-2014).

A segunda fase de campanhas arqueológicas, centradas ainda na *pars urbana* e *pars fructuaria* da *villa*³ (2007 a 2012), começa a disponibilizar um conjunto de estruturas e de espólio arqueológico que permitem uma gradual evolução na leitura da ocupação desta, uma nova perspetiva das atividades artesanais e de exploração da atividade agropecuária aqui praticadas, com relevância para a antiguidade tardia, levantando, em simultâneo, novas interrogações.

Estamos perante uma casa que se estrutura à volta de um jardim central com canal perimetral envolvente, ou seja, que se insere, tipologicamente, na categoria de casa de peristilo central com quatro galerias porticadas e onde se distribuem os diversos aposentos (**Figura 2**).

Na construção dos muros da área residencial é utilizado um aparelho de alvenaria irregular, apenas afeiçãoado (*opus incertum*). Numa segunda fase, nomeadamente no setor da *pars fructuaria*, são aplicadas fiadas alternadas de tijoleira (*opus testaceum*) e de alvenaria irregular, constituindo um *opus mixtum*. Na construção do canal perimetral são utilizados seixos rolados recolhidos na vizinha Ribeira de Canhestros. Destaca-se igualmente a presença de alguns elementos arquitetónicos e de placas de revestimento executados a partir do mármore cinzento de Trigaches (arredores de Beja).

A data de fundação da *villa*, ou da implantação de um primeiro assentamento rural, poderá remontar à primeira metade ou meados do século I a.C. Esta proposta de cronologia tem por base, num primeiro momento, a recolha de cerâmica *campaniense* no decurso das duas campanhas iniciais (Amaro, 1982).⁴

Além deste facto, a exumação de uma divindade de origem pré-romana (**Figura 3**) junto ao fundo do canal perimetral permite conjecturar estarmos perante indígenas romanizados promovidos pelo poder de Roma, mantendo assim a sua exploração

2 Trabalhos codirigidos por Clementino Amaro e Maria João Pina

3 Direção dos trabalhos arqueológicos: Clementino Amaro, Sara Ramos e Maria João Pina

4 No decurso da 9ª campanha de trabalhos arqueológicos (2009) foi recolhido à superfície um fundo de campaniense do círculo da B, com uma cronologia de finais do século II/primeira metade do século I a.C.

agrícola, em vez da passagem para a posse de cidadãos entretanto instalados no território.

Após as lutas civis entre Sertório e Metelo e Pompeio, é plausível que este último, a partir de 72 a.C., tenha aprofundado o processo de colonização do território, contribuindo para uma dinâmica de aculturação do mesmo (Mantas, 1998). É dentro deste plano de colonização que terão surgido os primeiros assentamentos agrícolas nos quais, presumimos, se insere o do Monte da Chaminé.

Ainda não se detetaram evidências arquitetónicas desta fase inicial. É, por sua vez, mais perceptível a remodelação ocorrida durante o século I ou mesmo II, com a construção da residência à volta de um pátio central.

Na Antiguidade Tardia, apesar das obras de adaptação já perceptíveis, o modelo arquitetónico de *villa* de peristilo mantém-se no essencial. Quatro salas do núcleo residencial são sacrificadas com a construção do armazém, de uma ferraria e a abertura de um acesso à *pars fructuaria* (**Figura 2, salas 2 e 7**).

Os elementos estruturais conservam uma perfeita continuidade e orientação entre as diferentes fases construtivas. Os materiais exumados abarcam um vasto espectro cronológico, sem apresentarem qualquer hiato perceptível. Daqui se pode inferir que a *villa* tem uma ocupação permanente pelo menos até à segunda metade do século V ou mesmo parte do VI. No entanto esta longa permanência não significa que todos os espaços e equipamentos se encontrem em plena atividade.

A pars urbana

Foi a partir da ala nordeste da residência, escavada em grande parte durante a primeira fase de campanhas arqueológicas, que se procedeu à escavação dos dois cantos opostos do respetivo peristilo, a fim de delimitar o jardim central e canal perimetral, bem como o corredor de acesso às salas.

A ala nordeste é a que apresenta um índice de destruição maior (com marcas de arado ao nível dos pavimentos), na sequência da camada arável ser mais fina neste setor em resultado da pendente do terreno (**Figura 4**).

No entanto revela algumas características arquitetónicas que, sucintamente, importa referir. Pelo seu posicionamento (presumimos fronteiro ao átrio de entrada), a sala 4

(Figura 2) sugere tratar-se do *triclinium*, a partir do qual se tem acesso a duas salas contíguas e comunicantes (salas 1 e 5) com a sala 4, estabelecendo uma relação espacial particularmente interessante.

A sala 4, em dado momento, é pavimentada com placas de revestimento (*opus sectile*). Numa segunda fase, e presumivelmente em resultado do desgaste sofrido, aquele é coberto por um pavimento em *opus signinum* (Figura 5). Por sua vez, as duas salas contíguas são revestidas a *opus tessellatum*. A sala 1, melhor preservada, ainda conserva uma significativa área de mosaico geométrico a duas cores (Figura 6). Na fase de degradação do mosaico este foi coberto e, em parte, consolidado através da aplicação de uma aguada de cal.⁵

Foi a grande concentração de tesselas à superfície que levou a implantar-se uma das sondagens neste setor no primeiro ano de intervenção arqueológica no local (1981).

Dos motivos geométricos do mosaico conservado na sala 1 realce para o reticulado simples constituído por filete duplo a negro sobre fundo branco que, a partir de determinada altura, surge preenchido por reticulado com quadrados côncavos inscritos com diamante ao centro, em oposição de cores, e formando florões de quatro pétalas nos ângulos, e faixa de ligação à parede branca e moldura com filete. Face à iconografia em análise, propõe-se como cronologia, finais do século III/primeira metade do século IV.⁶

O peristilo apresenta uma planta retangular, tendo como medidas (incluindo o corredor) 24.70m de comprimento por 22.50m de largura. O corredor associado ao tramo da casa de maiores dimensões (NE) tem uma largura média de 3.18m, enquanto o tramo mais curto (SE) apresenta uma largura média de 3.10m.

Entretanto com o decurso da escavação da ala sudoeste constata-se que o corredor aqui é mais largo, com os seus 3.40m, o que poderá confirmar estarmos na ala de entrada da casa, à qual é dada maior monumentalidade com a valorização do corredor de acesso.

O alpendre do tramo maior é suportado por uma sequência de seis colunas construídas em tijolo de quadrante e revestidas a estuque pintado, do qual subsistem vestígios *in situ*. A coluna apresenta um diâmetro médio de 0.52m e são usados na sua

5 A limpeza e consolidação do mosaico, como a consolidação e reconstituição de lacunas dos muros foram executados e orientados pelos técnicos Maria Helena Lopes e Pedro Santa-Bárbara durante a campanha arqueológica de 1984.

6 Estudo preliminar não publicado do mosaico e gentilmente realizado por Maria Teresa Caetano.

construção tijolos de 0.23m de raio. No tramo menor, apesar não se encontrar integralmente escavado, o alpendre será suportado por cinco colunas.

Alternando com as colunas, o espaço disponível do muro de suporte é ornamentado com canteiros alongados, o que confere ao conjunto arquitetónico um ritmo particularmente elegante. (**Figura 7**)

O canal perimetral, que lhe fica anexo, tem uma largura de 0.68m. Na área fronteira à porta da sala 1 existem vestígios dos arranques de um arco sobre aquele canal, sugerindo uma passagem para o interior do jardim.

Na área exterior à ala nordeste da residência é exumado um conjunto de tijolos de quadrante com 0.20m de raio dispersos, o que poderá corresponder a uma estrutura de suporte associada ao que interpretamos como pátio que marca a passagem da residência para a zona laboral, após obras de remodelação.

A área do peristilo (cerca de 555 m²) pressupõe estarmos perante uma das *villae* de grande dimensão, à semelhança de outros exemplos já reconhecidos no sul do território da Lusitânia.

Ao proceder-se à escavação do derrube da cobertura no interior do canal perimetral ultimamente identificado, confirma-se uma realidade já registada em campanhas anteriores, ou seja, a presença de diversificado material arqueológico junto ao fundo deste espaço. Para além de um exemplar anfórico e loiça em cerâmica comum (Estampa 5, nº32; Estampa 6, nº 41, 42 e 44), foram exumados uma bilha, de possível produção hispânica tardia, um vidro (Estampa 3, nº 23 e 24) e um chocalho cujas dimensões (22,4cm x 14,1cm) permitem atribuí-lo a gado bovino (**Figura 8**). Refira-se que na primeira fase de campanhas arqueológicas (1981-1988) já tinham sido exumados três chocalhos no canal perimetral, neste caso associáveis a gado ovicaprino. Na campanha de 2007 foi exumado outro exemplar no canto nordeste do corredor.

Ainda do mesmo canal provem um colunelo, constituído por dois fragmentos, ao qual deverá faltar o topo do mesmo. Exumado o primeiro fragmento em 1982, representa uma divindade materializada numa figura humana gravada em alto-relevo e na qual se destacam as desmesuradas mãos (**Figura 3**). No total tem 0.62m de altura por 0.12m de diâmetro máximo. Apresenta uma pequena base de planta quadrangular. Trata-se muito

provavelmente de um culto doméstico pré-romano, com raízes presumivelmente nos finais da Idade do Bronze/inícios da Idade do Ferro, dentro da tradição das “divindades ameaçadoras de origem oriental”.⁷

O colunelo foi exumado junto ao canto noroeste do referido canal onde precisamente se têm recolhido um número significativo de fragmentos de diferentes tipos de lucerna. Esta circunstância poderá sugerir a proximidade do sítio onde terá sido o altar doméstico (*lararium*), ou seja, sugere a permanência de uma área sagrada.

A cronologia atribuída a parte deste espólio (reforçada pela presença de dois numismas, um de Teodósio I e outro de Arcádio) sugere que esta área da *villa* ainda estaria em atividade em inícios ou até meados do século V, embora evidenciando uma fase de nítida decadência, como sugere a utilização do canal perimetral como local de despejo de restos alimentares e de objetos de uso quotidiano, ou, mais plausível, o abandono de parte ou do seu todo como espaço residencial.

No decurso da escavação do canto sudeste do corredor, identifica-se uma soleira de porta *in situ* com um vão de 1.54m. Junto à mesma, bem como no corredor a que dá acesso, para além de uma faca, é registada a presença de cinzas e de muitos nódulos de escória de ferro (**Figura 9**).

O alargamento da área de intervenção permite definir uma estrutura quadrangular em *laterae* identificável com uma área de forja (**Figura 10**). Estrutura semelhante foi escavada no Vale do Junco, Mação, integrada esta nos diversos espaços da ferraria, tendo aqui sido recolhida grande diversidade de ferramentas (Carvalho e Cabral, 1996).

Em resultado da escavação efetuada na presumível forja, ainda que parcial, destaca-se um conjunto de objetos em ferro, como um conjunto de escopros, no seu interior, e ainda um conjunto de argolas, um prato em bronze e um fragmento de foice.

O registo de forja nas instalações de uma propriedade, para além da importância do seu testemunho, vem confirmar que muitas das ferramentas usadas nos trabalhos agrícolas, nas atividades artesanais, na construção ou mesmo nas tarefas domésticas, são produzidas na própria *villa* (Alarcão, 1997).

A localização da forja num dos cantos da zona residencial levanta a questão do

⁷ Dados sobre esta peça gentilmente disponibilizados por Mário Varela Gomes.

momento em que a mesma começa a funcionar neste local e como se articula com o espaço envolvente, questões que só com o alargamento em área se poderão inferir. Atendendo, no entanto, à técnica construtiva da estrutura, com aplicação de cerâmicas de construção reaproveitadas, aponta para um equipamento aqui instalado em época tardia e num momento em que o proprietário já não se encontra a residir em permanência na *villa*, ou mesmo ausente, a partir dos finais do século IV ou mesmo século V.

Na sequência do alargamento da escavação na ala sudeste é detetada a presença de um fuste de coluna completo, em mármore, numa posição que sugere o seu derrube após a queda da cobertura, esta diretamente sobre o pavimento do corredor. Trata-se do segundo fuste identificado, ambos junto a dois cantos distintos do peristilo. Apresenta uma altura de 2.33m e uma base com o diâmetro de 0.30m. Na mesma área do corredor, a cerca de 1.00m, foi recolhida uma base de coluna, na campanha de 2007, com igual diâmetro (**Figura 11**).

Ainda neste troço do corredor regista-se a primeira tubagem cerâmica identificada na residência e que aponta para a função de abastecimento de água ao canal perimetral.

A pars fructuaria

Em 1984, no decurso da terceira campanha, ao optarmos por alargar a escavação da área senhorial para nascente, deteta-se o arranque de uma estrutura abobadada, justaposta ao canto nordeste do peristilo. Conclui-se, por fim, a escavação deste vasto compartimento em 2008, passando a ser identificado como armazém.

De acordo com as suas características funcionais, é construído em cave. Atendendo a esta circunstância, é a estrutura que, até ao momento, se encontra melhor preservada e com maior monumentalidade tendo em conta a sua área interior disponível (15,74m de comprimento por 3,80m de largura) e onde subsiste um troço da parede que atinge cerca de 1,65m de altura, preservando ainda o arranque da abóbada (**Figura 12**).

O armazém, construído em *opus mixtum*, apresenta um corredor que estabelece a ligação com um espaço associável ao local do *torcularium* e onde se destaca o contrapeso em mármore e uma base da suposta prensa. O corredor apresenta cerca de um metro de largura por 7,65m de comprimento. (**Figura 13**) Este é delimitado por dois espaços

quadrangulares, a nordeste e a sudoeste, que interpretamos, nesta fase de trabalhos, como pátios.

O facto do armazém e respetivo corredor estar a uma cota inferior, em relação ao peristilo, à volta de 1.50m – para o que foi necessário escavar para além da camada constituída pelos “barros de Beja” – vem reforçar a proposta de um espaço de arrumo de produtos que exigem uma temperatura amena e constante e fraca presença de luz, como acontece com as caves que ainda hoje perduram, tanto em meio urbano como rural, em muitas casas construídas em alvenaria de pedra.

Na fase final do levantamento do derrube da cobertura e paredes do armazém, foram identificados dois tanques geminados (ambos com 1,67m de comprimento por 1,50m de largura e 0,90m de profundidade máxima, separados por um negativo de parede com 0,40m de largura) junto ao topo nordeste, situação que nos leva a avançar a hipótese de se tratar de uma área que corresponda a uma fase associada ao processo produtivo, presumimos, de azeite. Poderá tratar-se de um tanque de receção e outro de decantação, apresentando este, uma saída de descarga na sua base através de uma canalização com paredes e cobertura em tijoleira, e que se dirige na direção da Ribeira de Canhestros (apresenta uma largura de 0,30m por 3m de comprimento escavado e 0,29m de altura). (Figuras 14 e 15).

Num dos tanques subsiste um elemento semicircular em *opus signinum*, passível de ser associado ao encaixe de uma prensa designada de “tornillo direto”. A ser plausível esta interpretação, parece-nos que o seu período de laboração será anterior à “prensa de tornillo” entretanto instalada a nascente do corredor (Peña Cervantes, 2010).

No prolongamento do corredor e precisamente fazendo a ligação entre este e o espaço do presumível *torcularium*, subsistem vestígios de duas rampas “marcadas” por fiadas de tijoleira, cuja função só se poderá intuir após a escavação integral deste equipamento de transformação.

Esta área encontrava-se coberta por um conjunto de placas de mármore dispostas de uma forma que sugere tratar-se de um tosco pavimento, ao qual se associam materiais do período tardio, presumindo-se a utilização deste espaço ainda no século VI.

Numa análise preliminar de parte da amostra recolhida na saída de descarga de um

dos tanques, foi registada a significativa presença de caroço e meio de oliveira ou zambujeiro e de duas sementes presumivelmente de cevada.⁸

Foi também identificada, na área sul do *torcularium*, uma bolsa com uma extraordinária concentração de cinzas e caroços carbonizados, classificáveis como de azeitona.

A exumação de um prato fragmentado de *sigillata* Africana clara D do tipo Hayes 61, entre outro acervo tardio, diretamente sobre o pavimento do armazém (com áreas ainda revestidas a *opus signinum*), como uma lucerna tardia no corredor de acesso, tudo aponta, provisoriamente, para uma cronologia de abandono entre a segunda metade do século V e primeira metade do VI (Estampa 4, nº27).

Ao alargar-se a área de intervenção a poente do armazém, é detetado um conjunto de fundações equidistantes entre si em cerca de 0.70m, num total de quatro muretes (**Figura 16**).

Este vestígio, apesar do seu estado precário, encaixa no tipo de celeiro com pavimento sobrelevado, construído sobre uma infraestrutura (constituída por muros paralelos) e que permite a circulação de ar sob o sobrado. Representa o *Tipo 1 a*, segundo a tipologia estabelecida por P. Van Ossel (Van Ossel, 1992) para o norte da Gália.

Exemplos de referência, entre outros, são os celeiros identificados em S. Cucufate (Vidigueira), em Freiria (Cascais) e ainda em Monroy (Cáceres) e Carrión (Badajoz), (Salido Domínguez, 2008).

No espaço compreendido entre dois muros de sustentação do celeiro foi identificada a deposição do fundo de um presumível pote de pé anelar, devidamente recortado, e em posição invertida. Sob o mesmo, e em posição de cunha de sustentação, encontrava-se um fragmento de bordo de uma ânfora Beltran II da região de Guadalquivir (Estampa 4, nº 30 e 31). Na campanha seguinte outros fragmentos dispersos de ânfora, colando com o primeiro exemplar, foram exumados entre os muros de sustentação, pondo-se de lado a suposta deposição intencional daquele conjunto como ritual propiciatório (Cardoso, 2002).

O registo de uma ânfora piscícola da Bética na estrutura de sustentação do celeiro é

⁸ Informação gentilmente disponibilizada por Paula Queiroz após sumário estudo da amostra recolhida.

o primeiro indício apontando no sentido deste equipamento já estar construído no século I d.C. Assinale-se a presença de outras importações de origem gaditana, como almofarizes e loiça em cerâmica comum (Estampa 3, nº26 e Estampa 4, nº 28 e 29) e ainda da ânfora olearia Dressel 20 (Estampa 5, nº35).

Há também indícios, ainda que ténues, desta estrutura ter sido entretanto substituída. A presença de vestígios de um pavimento que cobriu o celeiro, bem como a existência de cinzas, associáveis a um eventual incêndio, assim nos leva a propor a sua desativação. Outro dado que concorre para esta interpretação passa pela substituição de um tanque à cota do celeiro, por um segundo construído diretamente sobre o primeiro a um nível superior. (**Figura 17**) Esses dois tanques, em *opus signinum*, poderiam estar relacionados com o processo de fabrico do azeite, ou mesmo pertencerem a um espaço ritual, sendo que apenas se podem levantar hipóteses, visto que a área envolvente ainda não se encontra totalmente descoberta.

O sistema de armazenamento dos cereais poderá ter evoluído para a técnica de conservação em recipientes cerâmicos (*dolia*) dispostos no interior de um armazém (Salido Domínguez, 2008) atendendo, no caso presente, à grande quantidade daquele tipo de vasilhame exumado neste sítio arqueológico. É igualmente significativa a presença, neste mesmo contexto, de alguns exemplares de mós.

As áreas intervencionadas até ao momento não revelaram ainda estruturas identificáveis com a *pars rustica* da *villa*, embora uma sequência de compartimentos, detetada em 2012 a sul do armazém, e ainda em fase de escavação, reúna algumas características arquitetónicas que implicarão uma atenta abordagem.

A barragem

Já no final da campanha de 2008, com base em informação oral – e com a ajuda de uma retro escavadora da autarquia, a fim de abrir um acesso através do silvado – confirmou-se a existência de uma barragem no barranco atrás referido, subsidiário da Ribeira de Canhestros e que passa a cerca de 250 metros a oeste da *villa*. A barragem apresenta muro de planta retilínea, em alvenaria argamassada, em bom estado de conservação, com contraforte a jusante, e com uma altura máxima de cerca de 3.20m e

1.90m de espessura. O muro, em *opus incertum*, conserva o coroamento e, na sua base, a descarga de fundo termina por dois tubos cilíndricos (**Figuras 18 e 19**).

Atualmente a barragem fica maioritariamente na margem esquerda do barranco já que a torrente da mesma, ou uma intervenção posterior, terá partido o troço final do muro, lado nascente, a fim de refazer o seu percurso. Como atrás referido, corre ininterruptamente uma linha de água no barranco, mesmo no final da época estival, graças à existência de, pelo menos, duas nascentes a montante da barragem.

Em relação à *villa*, a barragem encontra-se a uma cota inferior, o que permite supor que esta tenha servido essencialmente para a rega de produtos hortícolas, de árvores de fruto e, presume-se, da própria vinha.

O abastecimento da *villa* seria feito, tudo o leva a supor, por uma das nascentes que fica a montante da barragem através de uma conduta detetada no decurso da primeira campanha arqueológica (1981).

A caleira desenvolve-se no sentido noroeste /sudeste. Este troço da conduta foi identificado a cerca de 110 metros a sudoeste do núcleo central da residência (jardim). Escavou-se um troço da caleira com cerca de 3.50m de comprimento. Construída em tijoleira, apresenta uma largura e profundidade de aproximadamente de 0.30m.

A barragem encaixa na tipologia de alguns exemplares do sul do país, como os casos conhecidos de Olivã (Campo Maior), Muro da Prega (Beja), do Álamo (Alcoutim), (Quintela *et alii*, 1986), ou de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Cardoso, J. *et alii*, 1995). No entanto são visíveis intervenções de conservação e de manutenção já do período contemporâneo, o que nos leva a propor que a mesma tenha funcionado até inícios do século XX, momento em que é desativada, aterrada e cortado o troço que a ligava à margem direita do barranco, a fim do caudal das nascentes seguir o atual curso.

Enterramento medieval cristão

Enquanto se escavava o topo nordeste do armazém, que ocorreu em 2007, após se ter retirado a camada de lavoura, e quando nada o fazia prever, foi identificada uma inumação diretamente assente no nível superior do derrube e com uma orientação coincidente com as paredes laterais do compartimento.

No decorrer da sua escavação, já com a participação de dois antropólogos, constatou-se que o arado tinha atingido a parte superior do tronco e o crânio. No entanto foram preservados elementos essenciais junto da bacia para a identificação e o momento vivido por este indivíduo, como a presença de uma concha de vieira (símbolo de peregrinação), fragmentos de uma panela, associados a uma mancha de cinzas (**Figura 20**). Dispersos pela área envolvente foram recolhidos fragmentos de telha de canudo de tipologia medieval.

A panela exumada apresenta semelhanças com a produção islâmica e os seus paralelos têm uma cronologia integrável na segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII (Estampa 7, nº45).

De acordo com o relatório antropológico (Faria e Costa, 2008), trata-se de um indivíduo do sexo masculino, com idade compreendida entre os 20 e 30 anos e com uma estatura de 1.62m.

Quanto às evidências antropológicas, apresenta uma patologia nas vértebras lombares com alguma artrose, e lesões musculares e nos ligamentos nos membros inferiores, (situação que não ocorre tão cedo na idade referida), devido à extensão da anca ao caminhar e ao nível da inserção do tendão de Aquiles de ambos os calcâneos (entesopatias).

Trata-se de um jovem que terá seguido em peregrinação a Santiago de Compostela numa fase de instabilidade política ou mesmo vivendo em território ainda sob o domínio muçulmano, e que no regresso veio a sucumbir nos arredores de Ferreira do Alentejo. Estava de regresso a casa, como testemunha a presença da vieira que o acompanhava.

Para além deste facto, os companheiros de jornada procederam ao ritual da queimada (hoje em dia ainda recreado na Galiza) utilizando para o efeito o vestuário do falecido, ato que simboliza a purificação, bem como a preocupação de o livrar do mal.

Uma das vias utilizadas pelos peregrinos vindos do sul partia da zona de Faro, atravessava a serra perto de Almodôvar e seguia por Entradas, Aljustrel, Ferreira e, provavelmente por Évora (ou até por Alcácer do Sal, também ela integrada num itinerário de peregrinação) para daí alcançar os itinerários que conduzem ao noroeste peninsular, vias que decalcavam ou seguiam de perto as antigas estradas romanas (Mantas, 2004).

As Cerâmicas Finas de Mesa, Cerâmicas de Paredes Finas, Vidros e a Cerâmica Comum Bética

Foram recolhidos inúmeros fragmentos cerâmicos durante os trabalhos arqueológicos na *villa* do Monte da Chaminé, quer em contexto de escavação, quer em contexto de prospeção de superfície, na área exterior à zona vedada. No presente artigo apresentam-se alguns exemplos de espólio cerâmico e vítreo recolhidos, sobretudo, durante os trabalhos da 2ª fase (2007 a 2012), que nos permitem já concluir alguns momentos cronológicos para a ocupação na *villa*.⁹

A terra sigillata

A terra sigillata de tipo itálico

Durante os trabalhos arqueológicos, junto ao portão da entrada para a *villa* romana do Monte da Chaminé, do lado de fora, foi encontrado um fragmento com marca de oleiro incompleta que permite uma leitura parcial do nome SEX·, seguido do que poderá ser o que resta da perna de um M. Vários oleiros itálicos poder-se-ão assimilar a este nome, motivo porque não adiantaremos qualquer identificação. De notar que para a olaria pisana dos Murrios existem, pelo menos, seis oleiros cujo *praenomen* começa por SEX.¹⁰

A terra sigillata da Gália do Sul

Exumou-se, no canal perimetral, um fragmento de parede de vaso, de forma indeterminada, que foi originado no complexo oleiro de La Graufesenque, e que apresenta como motivo decorativo um leão para a esquerda (Estampa 1, nº 2). As restantes composições decorativas que apresentamos na estampa 1, são caracterizadas por apresentarem motivos que vão desde os florais, passando pelas “imbrications verticales”¹¹, até aos medalhões decorados.

É facto a salientar a obtenção, aquando das prospeções levadas a cabo nos terrenos

9 Por se tratar, o presente artigo, de uma descrição geral dos trabalhos arqueológicos, apresentamos aqui um estudo muito sumário do principal espólio, sendo que, em futuras publicações, se apresentarão elementos mais desenvolvidos sobre o mesmo.

10 Kenrick, 2000, pp. 290-293.

11 Hermet (1934), PL. 52, motivos 15 a 30.

imediatamente adjacentes à *villa*, de um espólio considerável de *terra sigillata* da Graufesenque, de tipo liso, consistindo em fragmentos de taças das formas Drag. 24/25 e Drag. 27, assim como por fragmentos de pratos Drag. 15/17 e Drag. 18.

Como elemento datante de grande importância foi, também, encontrado um fragmento de prato da forma Drag. 15/17, em *terra sigillata* marmoreada, de origem do complexo oleiro de Graufesenque. Este tipo de produção terá estado presente nos mercados do Império durante um período curto-limitado de tempo, que corresponde cronologicamente, ao principado de Cláudio até aos finais de Nero/ inícios de Vespasiano.

***A terra sigillata* Hispânica**

As produções hispânicas estão bem representadas no Monte da Chaminé pois foram encontrados fragmentos de parede de taças Drag. 29 e Drag 37, decoradas¹², para além de taças e pratos lisos que pertencem a cronologias que correspondem ao Alto Império - Drag. 24/25, Drag. 27 e Drag. 15/17, produzidas nas oficinas do vale do Ebro (Tricio).

A descoberta de uma bilha de possível produção da chamada *terra sigillata* hispânica tardia (Estampa 3, nº 23), bem perto da possível forja, reflectirá contactos comerciais que se manterão com os centros produtores de Tricio ou da Meseta, durante o século IV d.C.

Por fim foram encontradas três fragmentos, de fundo, com marcas de oleiro com leitura que não permitiu a sua identificação fiável em relação aos oleiros envolvidos, assim como dois fragmentos com grafitos efetuados pós cozedura, dos quais só um deles (Estampa 2, nº 21) permitiu a identificação da sigla utilizada. Esta é composta por um nexos de duas ou três letras H[^]R ou H[^]E[^]R, que no segundo caso corresponderia ao nome HERTORIVS.

***A terra sigillata* Africana clara**

As produções de origem africana de *terra sigillata* clara, também se encontram bem

¹² Estampas 1, 2 e 3.

representadas no Monte da Chaminé, mostrando todas as produções (A, C, D) que constituem a panóplia deste grupo cerâmico.

Assim a *terra sigillata* africana clara A está representada, por dois fragmentos de tigelas da forma Hayes 9/ Lamboglia 2, variante 9B, sem decoração de guilhochis, os quais foram encontradas em prospeções efetuadas, bem perto da vedação da *villa*.

Um conjunto de bordos, que pertencem a pratos de tamanho grande da forma Hayes 50, apanhados também em prospeção e nos mesmos locais dos dois fragmentos anteriormente descritos, representa o espólio em clara C.

Por fim, a clara D está representada por vários fragmentos tendo um deles sido encontrado na continuação da escavação levada a cabo no Armazém, que pertencia a uma prato do tipo Hayes 61, o qual já tinha sido reconstituída pelas técnicas de restauro do Museu Municipal. Para além deste fragmento foi, também, exumado um fragmento de bordo e porção de parede superior de uma escudela Hayes 67. Em prospeção merece referência um outro fragmento de bordo denteado da forma Hayes 73A13.

Diacronicamente inserem, em termos gerais, num intervalo temporal que vai desde os meados do séc. II d.C. até finais do V/ inícios do VI.

Cerâmicas de Paredes Finas

O espólio deste tipo cerâmico é constituído por quatro fragmentos que foram encontrados à superfície durante as prospeções efetuadas paralelamente ao desenrolar dos trabalhos arqueológicos levados a cabo durante os anos de 2007 a 2012, e portanto descontextualizados.

O primeiro fragmento pertence a uma taça de tipo indeterminado cozida em atmosfera redutora. Tem a particularidade de a sua pasta ser constituída por grãos de areia de tamanho médio o que indicia uma preocupação evidente dos oleiros obterem um efeito decorativo, pois, estes grãos sobressaem à superfície, após a cozedura. Tivemos a oportunidade de já ter observado este tipo de técnica, em taças exumadas na olaria do Morraçal da Ajuda (Peniche) ou em Tróia de Setúbal, não podendo precisar, no entanto, a sua origem (itálica?).

13 El Mahrine, forma 16.2 – Mackensen (1993), p. 601 e Tafel 61, n° 3.

Quanto ao segundo corresponde ao bordo e parede até à carena de uma taça carenada biansada, de produção bética, decorada com rede de losangos Mullor 9a. Corresponde na tipologia de Mayet à forma XXXVIII, com uma cronologia flávia.

O terceiro fragmento, base de uma taça, possivelmente do tipo Mayet XXXVII, com decoração do tipo granitado arenoso, Mullor 1c ou d, é uma produção das olarias béticas e terá uma cronologia que gira entre os principados de Tibério e o de Nero.

O último fragmento é de tamanho reduzido e pertence à parede de uma taça que era decorada, à barbotina, com lúnulas tipo Mullor 8f, sendo esta decoração característica do período flaviano.

Os vidros

Pertencem ao espólio vítreo, correspondente a estas novas intervenções arqueológicas na *Villa Romana do Monte da Chaminé*, cinco fragmentos para os quais passaremos a tecer as seguintes considerações.

O primeiro fragmento pertence a uma taça, genericamente, do tipo Isings 3 – taça com a parede canelada. Atendendo ao facto do seu tamanho reduzido é, portanto, impossível indicar a qual das variantes pertenceria. Apresenta uma coloração verde-gelo e terá uma cronologia, genérica desde o principado de Cláudio aos Flávios.

Por sua vez, a peça MMF. MC. 3722/2009 (Estampa 3, nº 24) pertencerá a um copo pequeno, que no nosso caso está fragmentado faltando-lhe a metade inferior, o que nos dificulta a sua identificação. Insere-se, tipologicamente nas formas Augst 64.1, 65 ou 66.1, todas elas equivalentes ao copo I 106. A estas formas correspondem diacronias que abrangem desde os meados do séc. III d.C. até ao séc. IV. Apresenta como decoração um cabuchão (?), na parte superior da parede, junto ao bordo. Em Parreitas – Bárrio, (Antunes, 2008, p.256) foi encontrado um destes copos que confirma a cronologia apontada, com fundamento no período de abandono da *villa*.

A asa fragmentada MMF. MC. 3742/2009 (Estampa 3, nº 25), em vidro azul gelo, deverá pertencer a uma garrafa de forma quadrada ou cilíndrica, formas muito populares durante um período longo com diacronias compreendidas entre os séc. I d.C. e o III. Estas asas fazem normalmente parte de qualquer espólio vítreo de arqueossítios romanos.

A outra asa encontrada poderá pertencer a uma garrafa, ânforisco ou jarro. Apresenta uma cor verde gelo que poderá indiciar uma cronologia relativamente alta.

Por fim, é de salientar um fragmento de vidro – encontrado nos terrenos circundantes e que não nos dá a possibilidade de determinar a que peça pertenceria –, translúcido, de cor azul-marinho que, pela qualidade de vidro e pela sua relativa raridade, implicará poder-se afirmar ser o *dominus* desta *villa* uma pessoa abastada e de gosto refinado.

A cerâmica comum bética

O fragmento MMF MC. 3741/2009 é proveniente da 1ª Camada (camada de lavoura) e pertence ao grupo das cerâmicas de pasta esbranquiçada com engobes que variam na gama dos brancos sujos provenientes das olarias situadas na Bética junto às bacias do Guadalquivir e do Genil.

Trata-se do bico de um biberão (Estampa 3, nº 26) forma que até ao presente, não tem sido motivo de qualquer abordagem de cariz tipológico, o que implica ser uma peça muito pouco referenciada em estudos sobre este tipo de cerâmica. Contudo, temos conhecimento da existência de alguns destes bicos, em sítios com ocupação romana, no atual território português. No Alto de São Miguel em Alcácer do Sal, tivemos oportunidade de estudar, ultimamente, um destes bicos ao qual lhe demos uma cronologia que deverá corresponder ao período de todo o Alto Império. Em Tróia, de Setúbal, temos, também conhecimento da existência de algumas destas peças ainda inéditas.

Notas finais

Atendendo à variedade de produções referenciadas e ao espectro cronológico das mesmas, a *villa* romana do Monte da Chaminé teve uma ocupação longa no tempo que, tudo o indica, aconteceu de forma permanente, entre, pelo menos, os inícios do século I a.C. até, pelo menos, meados do século VI d.C., e com previvências que chegaram até aos nossos dias.

Durante este vasto período sofreu obras de remodelação e de alteração, em função de novos gostos e de novas exigências, quer como residência quer na necessidade de

serem criados novos equipamentos agrícolas e industriais.

Destacam-se as obras realizadas durante o século II e que terão marcado a sua arquitetura até ao período final da sua atividade agropecuária, apesar da renovação operada no século IV, numa fase de notório florescimento económico.

Em inícios do século V, no entanto, a área residencial perde a sua notoriedade, provavelmente com a ausência do proprietário do quotidiano da *villa* e a consequente adaptação de alguns espaços a determinadas atividades laborais.

A dimensão da área residencial e de alguns equipamentos industriais já conhecidos, sugerem um nível de recursos económicos bastante aceitável, tendo por base a extensão do *fundus*, o caudal de água disponível e a qualidade dos solos, bem como na capacidade evidenciada pelos sucessivos proprietários na aquisição de materiais importados e oriundos tanto do mercado regional, como dos mais diversos lugares de produção do império romano, como atrás ficou já suficientemente documentado.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. Suplementos de *Biblos*, 8.
- ALARCÃO, J. (1997) – A Tecnologia agrária romana. *Portugal Romano, A Exploração dos Recursos Naturais*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia, pp. 137-148.
- ALARCÃO, J. (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa:Publicações Europa-América, pp. 107-121.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) – *Les villes de S. Cucufate (Portugal)*. Paris.
- AMARO, C. (1982) – *Villa romana do Monte da Chaminé – seu enquadramento arqueológico*. *Revista Almadan*. Almada. Nº0, pp. 33-34.
- AMARO, C.; PINA, M.; RAMOS, S. (2007) – *Villa romana do Monte da Chaminé, Ferreira do Alentejo. 7ª campanha arqueológica*. *Revista Almadan-online, adenda eletrónica*. Nº 15.
- AMARO, C.; PINA, M.; RAMOS, S. (2008) – *Villa romana do Monte da Chaminé, Ferreira do Alentejo. 8ª campanha arqueológica*. *Revista Almadan*. Almada. Nº 16, pp. 164 e 165.
- ANTUNES, Ana Sofia (2008) – *A oficina vitrea de Parreitas*. BARBOSA, Pedro coord. *A região de Alcobaça na época romana. A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio)*. Alcobaça, pp. 156-337.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2005) – *As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 8, número 1, pp.279-297.
- BLOT, M. L. (1998) – *Mar, portos e transportes no Alentejo*. In *Atas das II Jornadas “O Alentejo e os Outros Mundos”*. Arquivo de Beja, Vols. VII/VIII, Série III, pp.145-176.
- BORGES, N. C. (1978) – *Mós manuais de Conimbriga*. *Revista Conimbriga*. Coimbra. XVII, pp.113-132.
- BRUN, J.-P. (2003) – *Le vin et l’huile dans la Méditerranée antique. Viticulture, oléiculture et procédés de fabrication*. Collection des Hespérides. Paris. Éditions Errance.
- CARDOSO, G. (2002) – *Práticas Mágicas na Villa Romana de Freiria*. In catálogo *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia, pp. 265-267.
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J.; NEGALHA, F. (1995) – *A Barragem Romana de Alfundão (Ferreira do Alentejo)*. *Revista Almadan*. Almada. IIª Série. Nº4, pp. 20-23.
- CARVALHO, R.; CABRAL, M. C. (1996) – *Algumas peças metálicas do Vale do Junco – Mação*. In *Atas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado; Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Câmara Municipal do Seixal. Lisboa, pp. 157-166.
- FARIA, F.; COSTA, C. (2008) – *Villa Romana do Monte da Chaminé; Relatório Antropológico*. Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora.
- GENIN, M.; *et alii* (2007) – *LA GRAUFESENQUE (Millau, Aveyron). Sigillées et Autres Productions*. Aquitania. Vol. II. Éditions de la Fédération Aquitania.
- HERMET, F (1934) – *La Graufesenque. Condatomago. Vases Sigillées, graffites*. Paris.

LOPES, M. C.; ALFENIM, R. (1994) – A villa romana do Monte da Cegonha. *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, pp.485-502.

LOPES, M. C. (2003) – *A Cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LÓPEZ-MULLOR, Alberto (1990) – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. Zaragoza: Libros Pórtico

HAYES, John (1972) – *Late Roman Pottery*. Londres.

MACKENSEN, M. (1993) – *Die spätantiken sigillata und Lampentöpfereien von El Maharine (Nordtunesien) Studien zur keramik feinkeramik des 4. bis 7. Jahrhunderts*. Munique.

MANTAS, V. G. (1998) – Colonização e aculturação no Alentejo romano. In *Atas da II Jornadas “O Alentejo e os Outros Mundos”*. Beja. Arquivo de Beja. Vols. VII/VIII, Série III, pp. 33-61.

MANTAS, V. G. (2004) – Vias e portos na Lusitânia Romana. In *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana: las comunicaciones*. Cáceres. Facultad de Filosofía y Letras, pp. 427-453.

MAYET, F. (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Publications du Centre Pierre Paris.

MAYET, F. (1983-1984) – *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l' Empire Romain*. Paris: Publications du Centre Pierre Paris.

OXÉ, August; COMFORT, Howard; KENRICK, Philip (2000) – *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the Signatures, Shapes and Chronology of Italian Sigillata*. Second Edition, (com CD). Bona.

PEÑA CERVANTES, Y. (2010) – *Torcularia: la producción de vino y aceite en Hispania*, I.C.A.C.

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Volume 8, número 2, pp. 313-334.

PINTO, I.V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa. Coleção Teses. Universidade Lusíada, Lisboa.

QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L.; MASCARENHAS, J. M. (1986) – *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território.

RÜTTI, B. (1991) – *Die römischen Gläser aus Augst und KaiserAugst*. Forschungen in Augst: Römermuseum

SALIDO DOMINGUEZ, P. J. (2008) - Los sistemas de almacenamiento y conservación de grano en las villae hispanorromanas. In *Atas do IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, 2007; Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio, Arquitectura y función*. Piedras Angulares, pp. 694-706.

SEPÚLVEDA, Eurico; FERREIRA, Marisol; MATA, Vanessa (2009) – O espólio cerâmico romano do Alto de São Miguel (Alcácer do Sal): intervenção urbana de emergência. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 11. Número 2. 2008, pp. 271-300

VAN OSSEL, P. (1992) – Etablissements ruraux de l'Antiquité tardive dans le nord de la Gaule,

Paris:CNRS.

Figuras



Figura 1 – Imagem (*Google Earth*) com localização da *villa* romana do Monte da Chaminé: área vedada e área de dispersão de espólio.

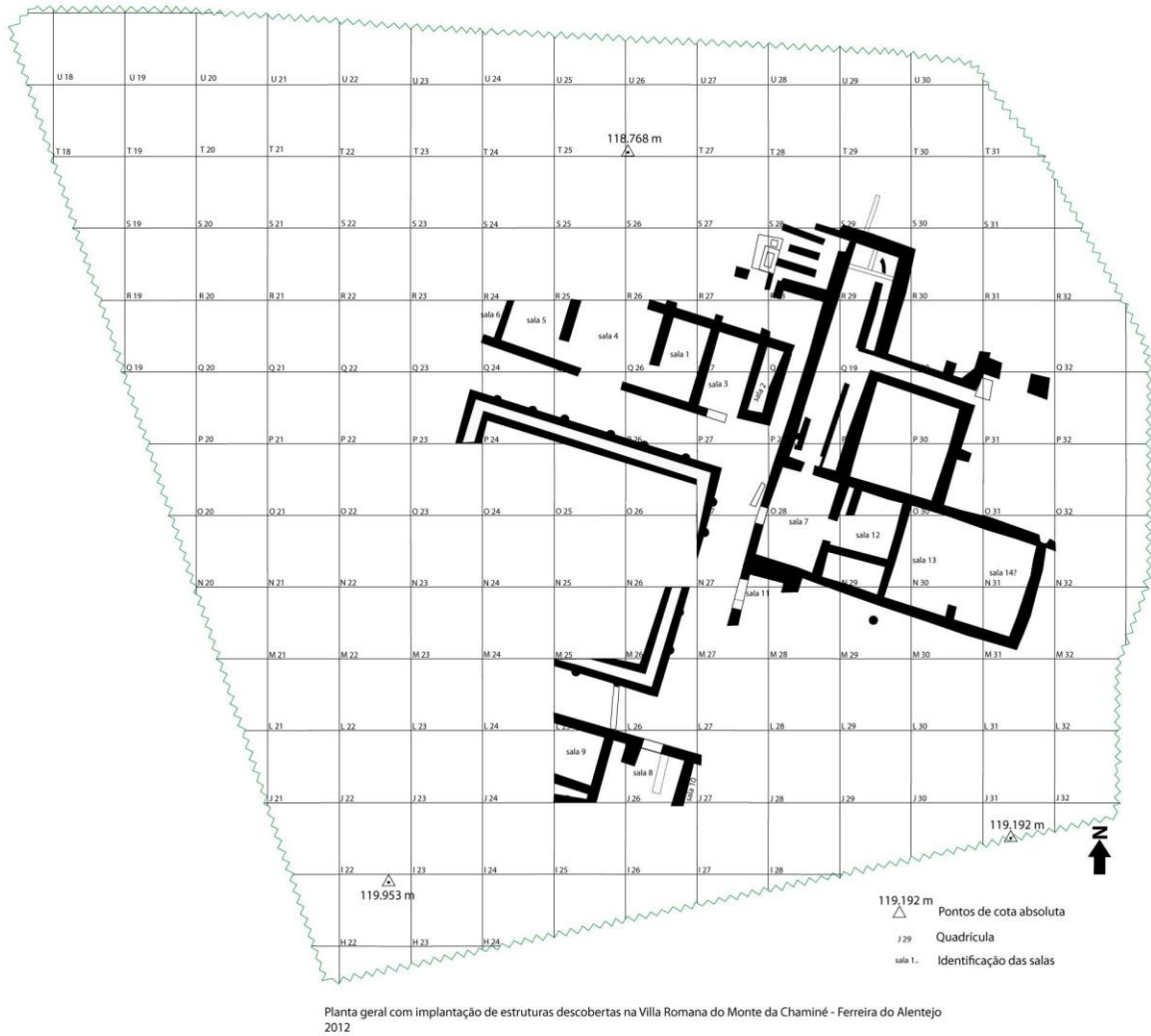


Figura 2 – Planta esquemática da *villa* no final da 12ª campanha arqueológica (2012).



Figura 3 – Divindade pré-romana: imagem fotográfica e desenho.



Figura 4 – Canal perimetral e salas intervencionadas na 1ª fase de trabalhos arqueológicos (1981-1988).



Figura 5 – Dois pavimentos detetados na sala do *triclinium*.



Figura 6 – Mosaico, trabalhos arqueológicos da década de 1980.



Figura 7 – Canal perimetral, ala norte, onde são visíveis os canteiros e as colunas em tijolo de quadrante.



Figura 8 – Pormenor do canto nordeste do canal perimetral, com grande chocalho (de gado bovino).



Figura 9 – Área identificada como forja, onde é visível a soleira da porta e uma faca.



Figura 10 – Estrutura quadrangular em *laterae* atribuível à área da forja.



Figura 11 – Fuste de coluna completo, em mármore, identificado no corredor do peristilo.



Figura 12 – Imagem geral do armazém (em cave).



Figura 13 – Corredor do armazém e área escavada do *torcularium*, onde se destaca um contrapeso em mármore.



Figura 14 – Tanques geminados, no interior do topo norte do armazém.



Figura 15 – Canalização em tijoleira, no exterior do topo norte do armazém.



Figura 16 – Celeiro.



Figura 17 – Dois tanques, sobrepostos, em *opus signinum*.



Figura 18 – Barragem com muro retilíneo, em *opus incertum*, com contraforte.



Figura 19 – Barragem, levantamento em desenho.



Figura 20 – Inumação atribuída a um peregrino de Santiago de Compostela.

Estampas¹⁴

Estampa 1

Terra *sigillata* decorada - galo-romana: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7; hispânica: 8, 9, 10, 11 e 12.

Estampa 2

Terra *sigillata* hispânica - decorada: 13, 14, 15, e 16; lisa: 17; marcas de oleiro: 18, 19 e 20; grafitos: 21 e 22.

Estampa 3

Terra *sigillata* hispânica tardia (?): 23; vidros: 24 e 25; cerâmica comum bética: 26

Estampa 4

Sigillata Africana clara D: 27; almofarizes de bordo arredondado do tipo lábio reentrante (cronologia 2ª fase de Quaresma): 28 e 29; pote em cerâmica comum: 30; ânfora Beltran II: 31.

Estampa 5

Ânforas Almagro 51c:32 e 33; Dressel 20: 35; Dressel14: 34, 37, 38, 39; Dressel 14 tardia: 36.

Estampa 6

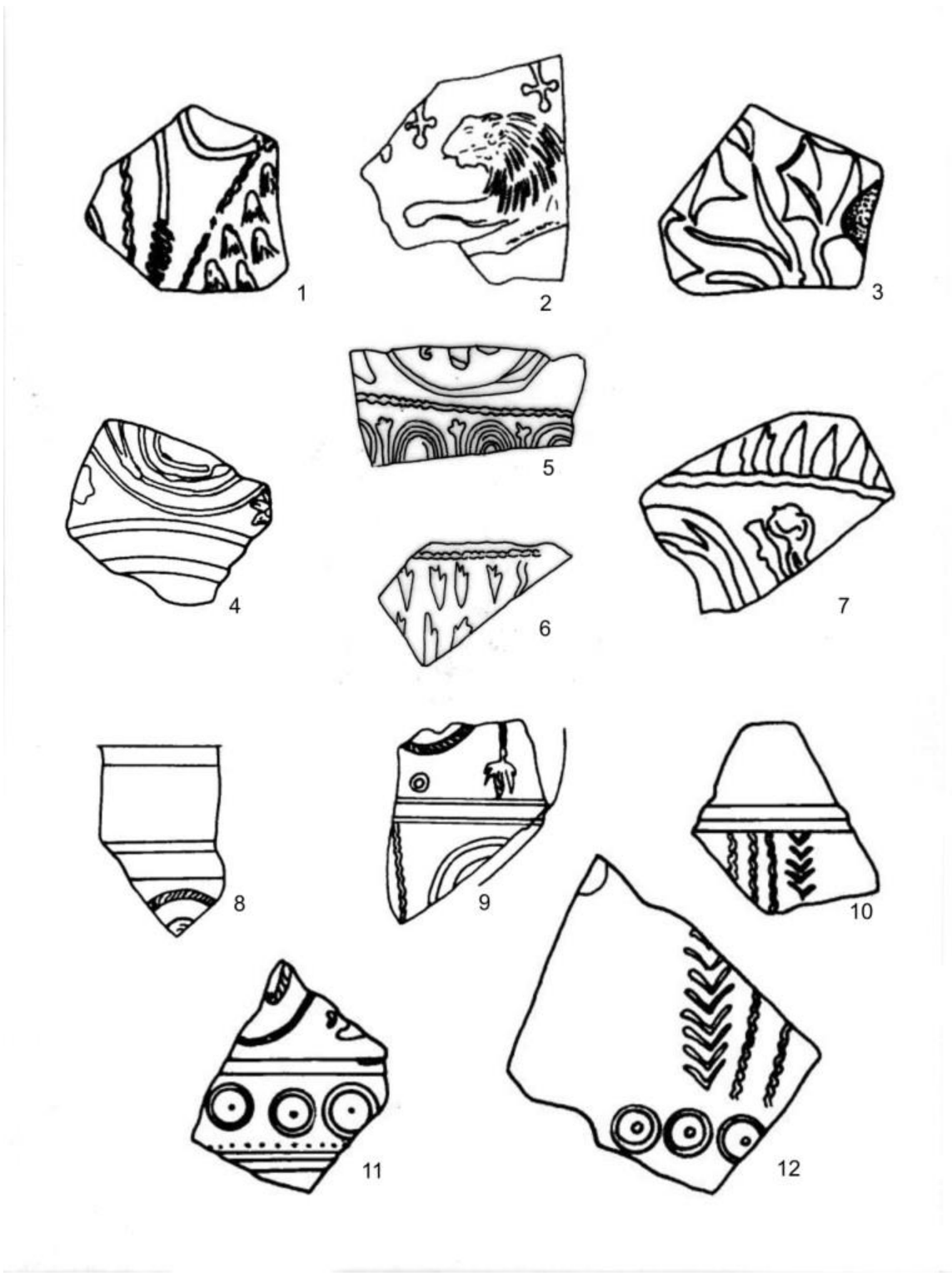
Fundo de talha: 40; bilhas em cerâmica comum da forma rara XII B fr7 e forma XII-C4 (Pinto, 2003): 41 e 44; panela de bordo voltado para o exterior, forma VIII-B1 e potinho de bordo oblíquo, forma X-A8 (Pinto, 2003): 42 e 43.

Estampa 7

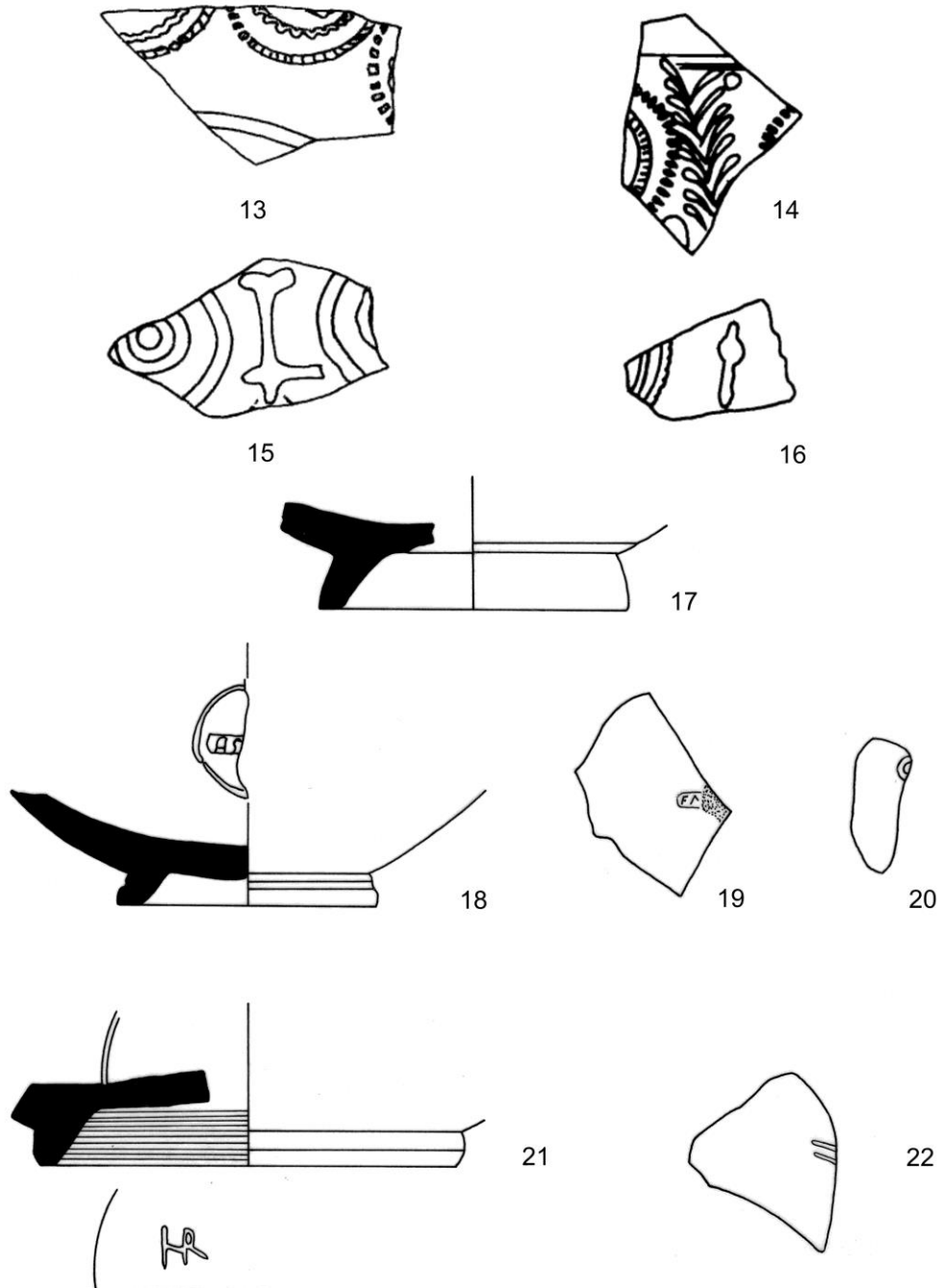
Panela de bordo triangular: 45; mós das formas D1 e D7 (Borges, 1978): 46 e 47.

14 Montagem das estampas gentilmente realizadas por António José Cruz e Severino Rodrigues.

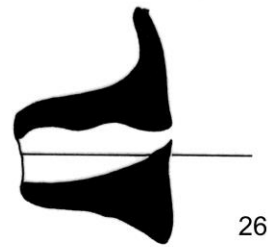
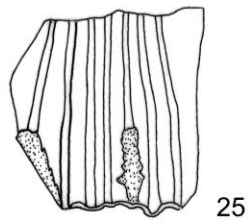
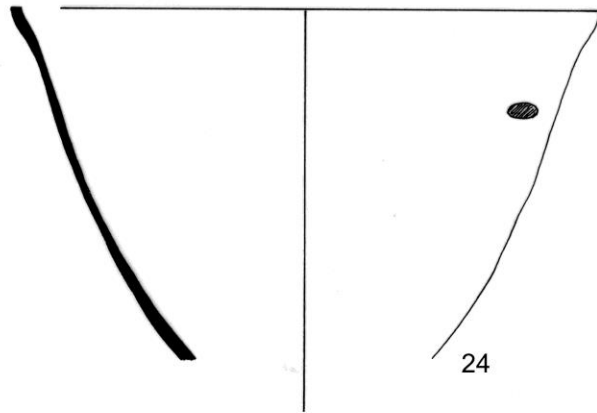
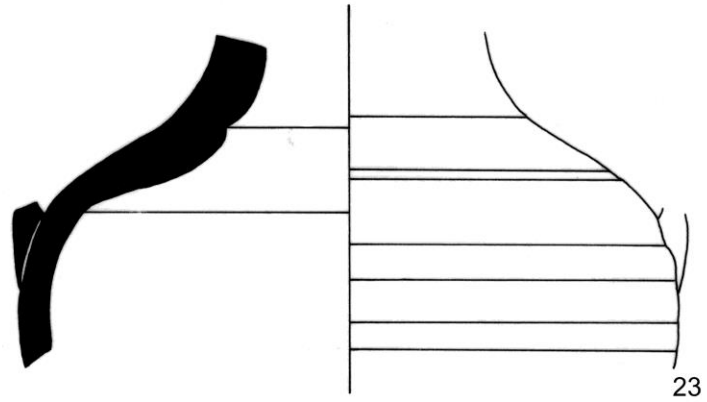
Estampa 1



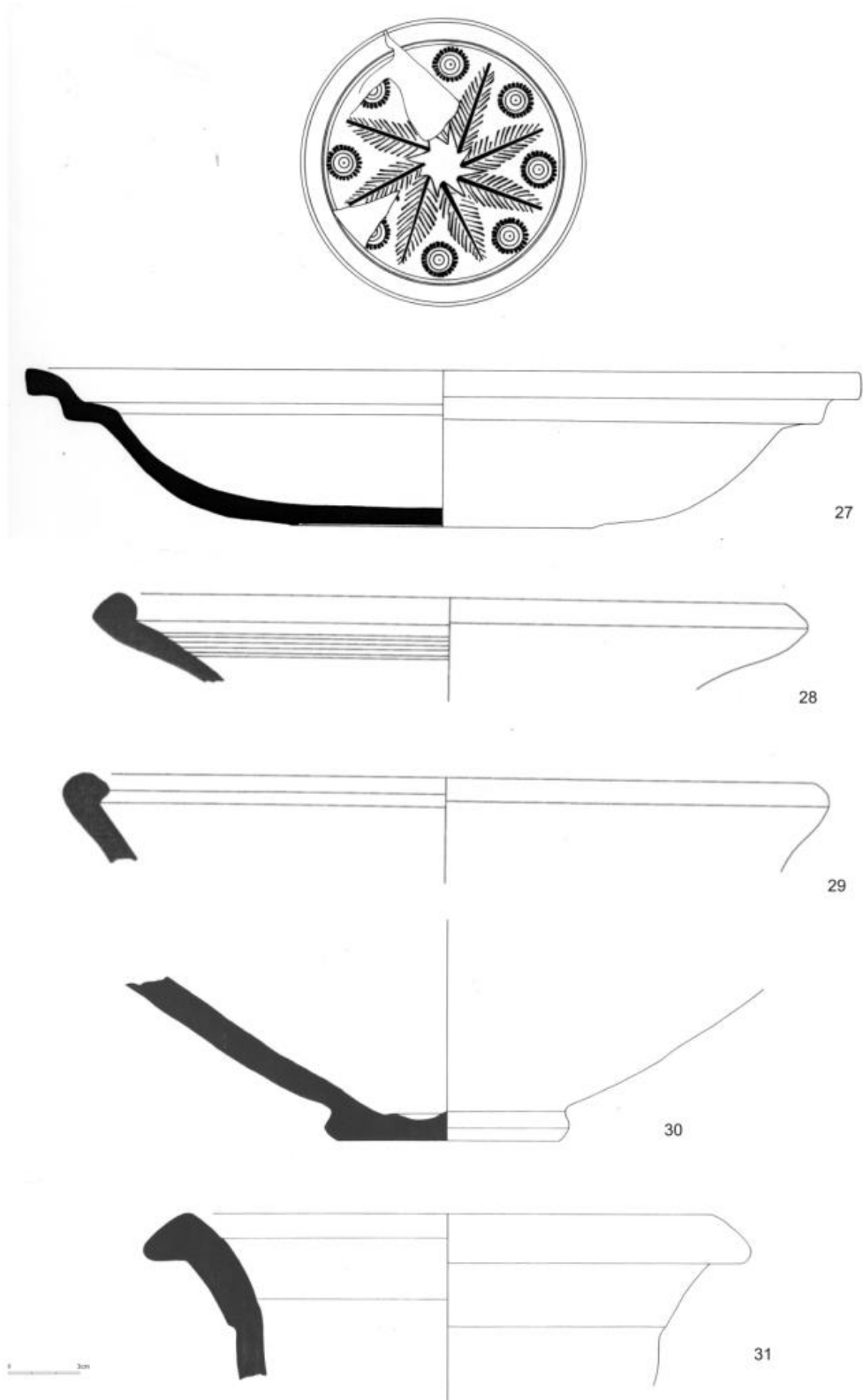
Estampa 2



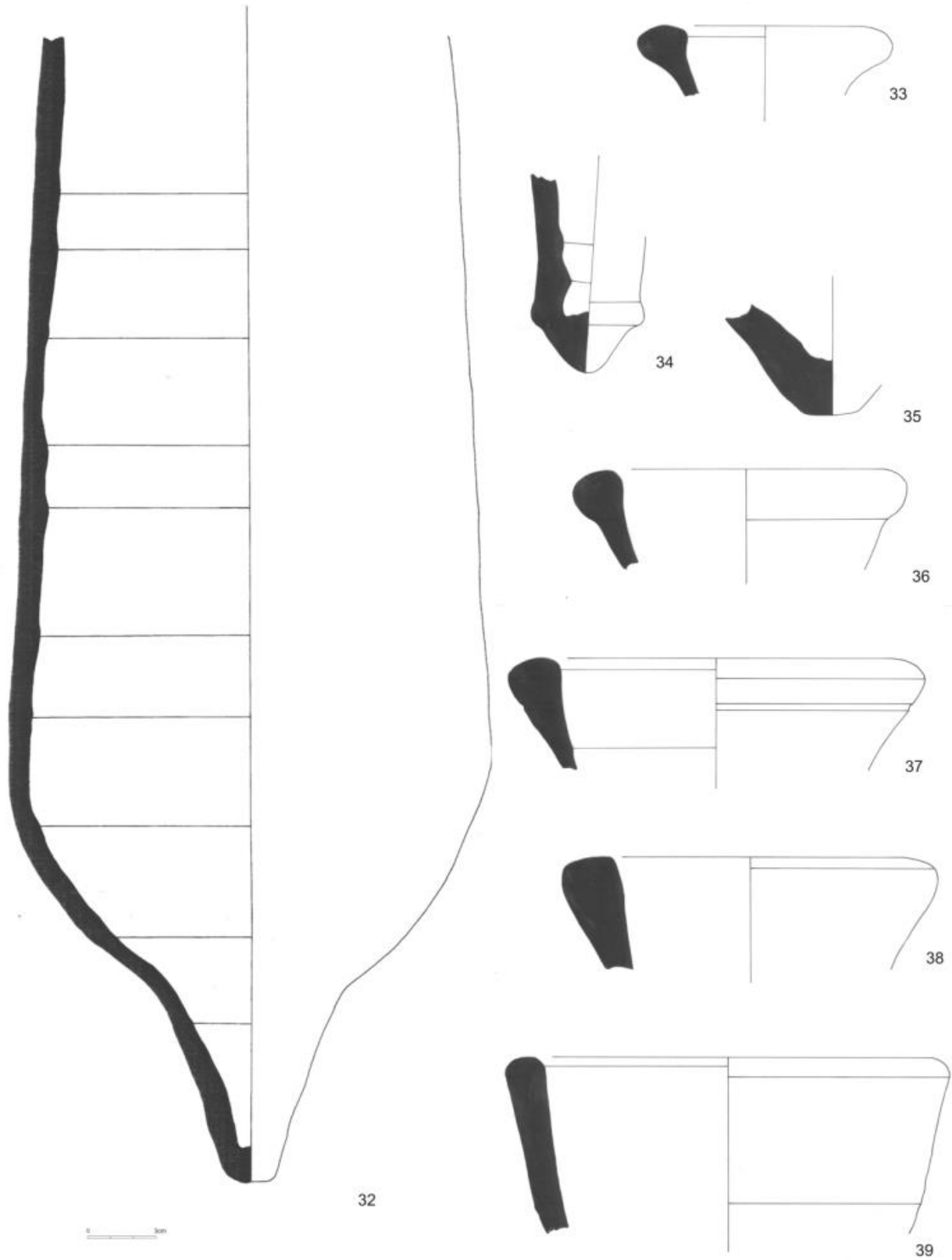
Estampa 3



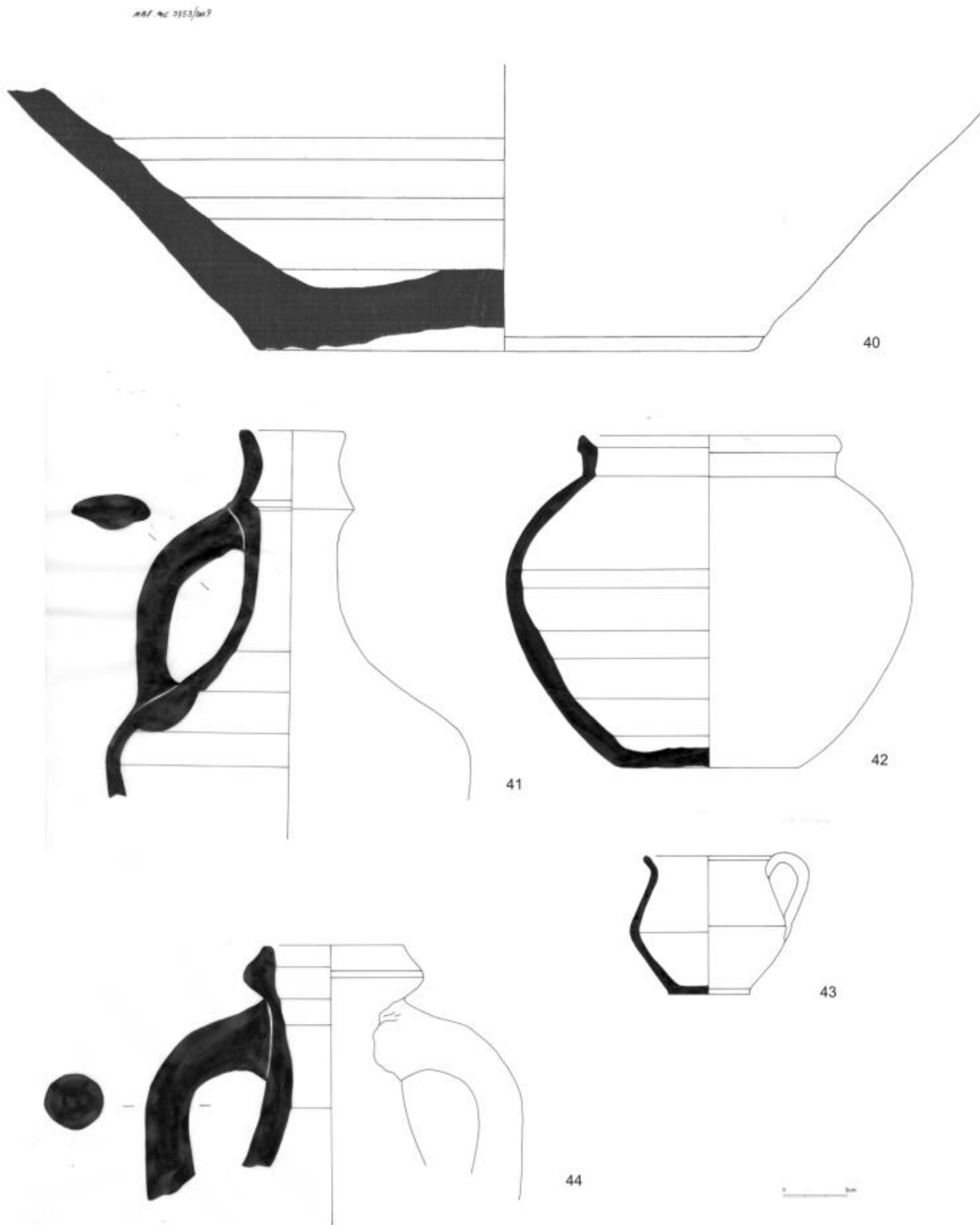
Estampa 4



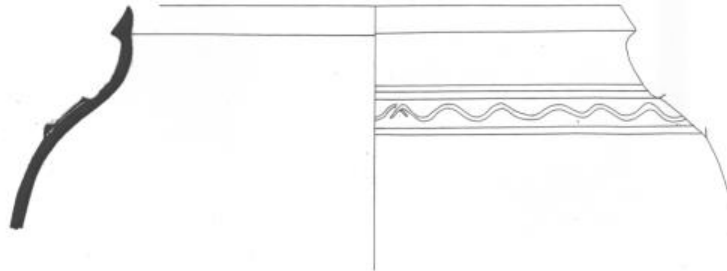
Estampa 5



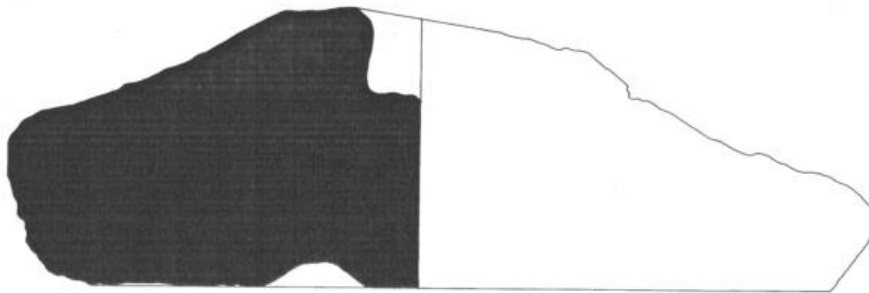
Estampa 6



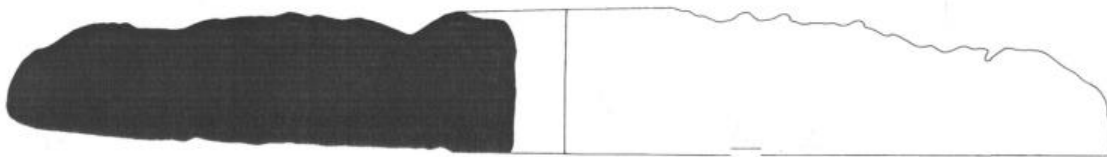
Estampa 7



45



46



47

